

RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.524 - PR (2018/0251781-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADO : SÉRGIO BOTTO DE LACERDA E OUTRO(S) - PR011476
RECORRIDO : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ SANEPAR
ADVOGADO : JULIANA FAGUNDES KRINSKI - PR055051

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo ESTADO DO PARANÁ, com base nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. MULTA ADMINISTRATIVA APLICADA PELO PROCON. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DE 3 ANOS. APLICAÇÃO DO ART. 1º, §1º, DA LEI FEDERAL Nº 9.873/1999. POSSIBILIDADE. ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS QUE DESEMPENHAM ATIVIDADES RELACIONADAS À DEFESA DO CONSUMIDOR. LACUNA LEGISLATIVA NO ESTADO DO PARANÁ E NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DE LEGISLAÇÃO UNIFORME, AINDA QUE NÃO INTEGREM DIRETAMENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. PARALISAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS POR MAIS DE TRÊS ANOS. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA. RECURSO PROVIDO" (fls. 538/539e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO A SER SANADO. MATÉRIA FUNDAMENTADA NO ACÓRDÃO. INCONFORMISMO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS" (fl. 568e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 535 e 543-C, § 7º, II, do CPC/73, ao argumento de que: **(a)** "os embargos de declaração foram laconicamente rejeitados, sob o argumento vazio de serem descabidos e mediante a referência de que o acórdão deveria ser impugnado via recurso especial" (fl. 577e); **(b)** "é inteiramente inaplicável a Lei n. 9.873/1999, não há como invocar dispositivo sobre terem os processos administrativos ficados paralisados por 3 anos, eis que a norma legal aplicável - Decreto n. 20.910/32 - não possui previsão

dessa natureza" (fl. 582e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Não apresentadas as contrarrazões (fl. 586e), o Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 670/671e).

Com parcial razão a parte recorrente.

Na origem, "Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar interpôs o presente agravo de instrumento em face da decisão proferida nos autos de ação anulatória por ela ajuizada em face do Estado do Paraná, por meio da qual o juiz de origem indeferiu o pedido de suspensão da exigibilidade das multas administrativas àquela impostas, bem como de não inclusão do crédito em dívida ativa e nos órgãos de proteção ao crédito até o julgamento da demanda" (fl. 539e).

O Tribunal **a quo** deu provimento ao Agravo de Instrumento, nos seguintes termos:

"3. O PROCON-PR é um órgão do Poder Executivo, subordinado a estrutura programática da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. Possui como objetivo primordial orientar, educar, proteger e defender os consumidores contra abusos praticados pelos fornecedores de bens e serviços nas relações de consumo.

Ou seja, a ele compete a adoção de medidas que possibilitem a fiscalização e a aplicação de sanções administrativas estabelecidas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que aprovou o Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 2181/1997 e demais legislações pertinentes.

Não por outra razão e somada à lacuna legislativa no Estado do Paraná, que esta Câmara consolidou o entendimento no sentido de que o § 1.º do art. 1.º da Lei Federal n.º 9.873/1999, ainda que voltado à Administração Pública Federal, possui aplicação em todos os processos administrativos instaurados pelos Órgãos que integram o Sistema de Defesa do Consumidor, conquanto Estaduais ou Municipais.

É que, acredita-se que para a articulação das ações de entidades e órgãos públicos estaduais e municipais que desempenham atividades relacionadas à defesa do consumidor, há necessidade de aplicação de legislação uniforme, ainda que não integrem diretamente a Administração Pública Federal.

(...)

4. Desse modo, incide a prescrição nos processos administrativos que originaram a presente demanda, desde paralisados por mais de três anos, pendentes de julgamento ou despacho.

No caso concreto, estamos diante de três processos administrativos (Os 1.916/2007, 11.309/2009 e 41.192/2007) referentes a multas aplicadas a Sanepar pelo Procon/PR, em razão de reclamações

formuladas por usuários.

Em relação ao primeiro processo, houve interposição de recurso administrativo em 24.10.2008 (fl. 140), somente julgado em 08.11.2013 (fl. 158). Quanto ao segundo, a apresentação de recurso se deu em 05.07.2010 (fl. 256) e o julgamento em 18.02.2014 (fl. 257). Por fim, no terceiro, o manejo do recurso ocorreu em 12.07.2010 (fl. 374) e o julgamento também em 18.02.2014 (fl. 398). Sendo assim, porque paralisados por mais de 3 anos todos os processos administrativos, sem qualquer movimentação, o reconhecimento da prescrição é medida que se impõe.

5. Impende ressaltar que a prescrição é matéria de ordem pública, podendo ser pronunciada inclusive por este Colegiado, nos termos do art. 219, § 5º, do CPC.

6. Por tais fundamentos, voto no sentido de dar provimento ao recurso, para acolher a cota ministerial e reconhecer a ocorrência de prescrição dos processos administrativos, nos termos do § 1º, do artigo 1º da Lei nº 9.873/99" (fls. 541/547e).

Em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do CPC/73, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

No que diz respeito ao mérito, o entendimento adotado pela instância de origem encontra-se em dissonância com a orientação firmada nesta Corte, no sentido de que a aplicação da Lei 9.873/99 se restringe aos procedimentos administrativos instaurados no âmbito federal. No que se refere aos procedimentos administrativos instaurados pelas unidades do PROCON, para apuração de débitos decorrentes do poder de polícia, o entendimento é no sentido de que estão sujeitos ao prazo prescricional previsto no Decreto 20.910/32.

Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCON. MULTA. PRESCRIÇÃO. LEI N. 9.783/1999. ESTADOS E MUNICÍPIOS. INAPLICABILIDADE.

DECRETO N. 20.910/1932.

1. Está pacificada nesta Corte a orientação de que a aplicação da Lei n. 9.873/1999 se restringe aos procedimentos administrativos instaurados no âmbito federal. Com relação aos procedimentos administrativos instaurados pelas unidades do PROCON para apuração de débitos decorrentes do poder de polícia, o entendimento é no sentido de que estão sujeitos ao prazo prescricional previsto no Decreto n. 20.910/1932.

2. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1.575.580/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/03/2018).

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. MULTA ADMINISTRATIVA. PROCON. PRESCRIÇÃO TRIENAL. LEI 9.873/99. INAPLICABILIDADE AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NO ÂMBITO MUNICIPAL. PRECEDENTES.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a Lei 9.873/99 não se aplica às ações administrativas punitivas desenvolvidas por estados e municípios, pois o âmbito espacial da lei limita-se ao plano federal.

2. Entendimento firmado consolidado no julgamento do recurso especial repetitivo 1.115.078/RS que não se restringe aos procedimentos de apuração de infrações ambientais.

3. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 750.574/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/11/2015).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou parcial provimento** ao Recurso Especial, a fim de afastar a prescrição intercorrente prevista no art. 1º, § 1º, da Lei 9.873/99 e determinar a aplicação do prazo quinquenal do Decreto 20.910/32.

I.

Brasília (DF), 09 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora